UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

QUÉREN HAPUQUE PIOVANI E SILVA
RAQUEL ALVES FRANCO

PERFIL DO PÚBLICO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL NO PERÍODO DE 2011 A 2023

São Paulo

2023

QUÉRE N HAPUQUE PIOVANI E SILVA
RAQUEL ALVES FRANCO

PERFIL DO PÚBLICO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL NO PERÍODO DE 2021 A 2023

O presente trabalho de Conclusão de Curso será apresentado a banca da Universidade São Judas Tadeu como premissa simples sobre o alicerce obtido no decorrer deste itinerário para que assim se adquira o estimado grau de bacharel.

Orientador: Prof. Vladimir Sipriano Camillo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, queremos agradecer a Deus pela nobre oportunidade que nos concedeu, dando nos condições para seguirmos com essa nossa graduação em Economia, nos faltam palavras para explicar o quão grande e significativo está sendo esta dádiva em nossas respectivas vidas, em segundo lugar aos nossos pais que com grande estima nos cederam todo o apoio, estímulo, preocupação e acima de tudo o encorajamento contínuo, pois não foi fácil, ninguém disse que seria, porém aqui estamos diante deste artigo de finalização gratas pela totalidade, pela união entre nós e tudo quanto foi adquirido neste itinerário acadêmico. Não sendo menos importante, porém essencialmente significativo queremos gratificar a todos os professores (as), mestres, doutores, orientadores (as) e prestadores de serviços distintos na Instituição que até aqui se dedicaram com o esmero em suas capacitações e competências, fazendo jus ao nome da nossa Universidade constituída pelo nome de São Judas Tadeu, que Deus os abençoe e retribua grandemente. Mediante a tudo quanto foi descrito simplificadamente, vamos findar com somente uma frase, somos agraciadas por essa benesse recebida.

PERFIL DO PÚBLICO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL NO PERÍODO DE 2011 A 2023

PROFILE OF THE PUBLIC IN SUPPLEMENTARY PENSIONS IN BRAZIL FROM 2011 TO 2023

Quéren Hapuque Piovani e Silva e Raquel Alves Franco

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar o perfil do público que deseja investir em previdência complementar, visando os pontos essenciais da história previdenciária, além de destacar ideias de renda complementar para a aposentadoria. Para atingilo o texto foi divido em duas partes. Na primeira parte foi construído uma base teórica sobre a previdência complementar no brasil, destacando a ideia de alguns autores, os quais pontuam ideias cruciais do médio e ao longo prazo. Na segunda parte foram analisados os dados da previdência complementar, destacando média de contribuintes, faixa etária e idades. Dentre os resultados destacam-se: a ideia de um planejamento financeiro, para a garantia de uma fonte de renda complementar no ato da aposentadoria.

Palavras-chave: Previdência complementar, planejamento financeiro.

Abstract: The aim of this article is to show the profile of the public who want to invest in supplementary pensions, looking at the essential points of pension history, as well as highlighting supplementary income ideas for retirement. To achieve this, the text was divided into two parts. In the first part, a theoretical basis was built on supplementary pensions in Brazil, highlighting the ideas of some authors, who point out crucial ideas for the medium and long term. In the second part, data on supplementary pensions was analyzed, highlighting the average number of contributors, age group and age. Among the results, the following stand out: the idea of financial planning in order to guarantee a source of supplementary income upon retirement.

Keywords: Supplementary pension plan, financial planning..

1 INTRODUÇÃO

A previdência privada é importante pois através de um planejamento financeiro e uma boa escolha de perfil, se torna possível administrar as finanças pessoais e montar uma carteira de investimento, para assim adquirir uma previdência complementar e planos cabíveis e adentramos aos perfis como forma de ter uma aposentadoria mais convicta. Destacando que a previdência privada seria uma forma de poupança, ou seja

mais recomendada para quem deseja realmente ter uma renda complementar da previdência social.

Na primeira parte teórica destaca-se os pontos importantes para uma análise mais aprofundada da história complementar da previdência. No Brasil o processo de envelhecimento na população, mostra que as pessoas estão buscando complementar suas rendas para garantir a aposentadoria desejada. Nosso sistema da pirâmide invertida tem aberto os olhos de muita gente para poupar cada vez mais, pois o déficit na previdência social, impacta muitas pessoas as quais irão contar com uma aposentadoria a longo prazo.

Além disso, o estudo mostra a importância de garantir uma reserva complementar como forma de segurança financeira, de acordo com Beltrão e Maia (2017) e Rocha e Maia (2020) destaca a relevância de ter uma estratégia para garantir uma renda estável para a aposentadoria. Ressaltando que a previdência complementar é regulamentada e supervisionada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para que assim garanta uma transparência com o indivíduo que deseja adquirir o produto.

Na segunda da pesquisa, apontamos nas tabelas dados cruciais para ter uma analogia do perfil do público que busca complementar sua aposentadoria, através dos dados abordados pelo IBGE para uma visão mais clara e objetiva do que é mencionado na primeira parte, é destacado pontos como tipo de entidades e sua principal diferença EAPC e EFPC, planos ativos PGBL e VGBL disponíveis novos contribuintes, quantidade de pensionistas e aposentados, destacando as principais características do perfil do público que busca investir em previdência.

Na metodologia adotada, buscamos seguir os passos: na primeira parte, realizar a construção de uma base teórica sobre previdência complementar, baseada na literatura nacional e uma análise dos dados abordados e elaborados com uma pesquisa de mercado previdenciário, enquanto na segunda parte busca identificar e apontar nas tabelas os perfil do público previdenciario.

Parte 1 a teórica

1. REFERENCIAL TEÓRICO:

1.1 PREVIDÊNCIA NO BRASIL SOCIAL

De acordo com Rodriguez (2023), a previdência foi criada em 1835 através de um decreto imperial. Porém acabou sendo regulamentada apenas em 1977. O mesmo aborda que uma das formas de garantia e proteção aos trabalhadores que hoje é conhecido como previdência social, já foi denominado antes por previdência privada.

Em 1888, surgiram os primeiros benefícios voltados aos setores mais importantes, sendo o mesmo ao império, funcionários dos correios, empresas, marinha, casa da moeda e alfândega. Silva (2009).

O Banco do Brasil, ao relatar a história da previdência, afirma que apenas algumas pessoas tinham acesso ao sistema previdenciário, como os operários das estradas de ferro, colaboradores dos Correios, da Imprensa Nacional, da Marinha, da Casa da Moeda e da Alfândega. A mesma surgiu no Brasil de forma regulada a partir de 1923, após a aprovação da Lei Elói Chaves.

Durante o ano de 1923, foi criada a Lei Eloy Chaves articulando então a criação da base do sistema, Caixa Aposentadoria e Pensão (CAP) para os ferroviários. O sistema previdenciário se chamava CAPS (Caixa de aposentadoria e pensão), que tinha gestão privada para recolher as contribuições, se estendendo aos prontuários, telégrafos, servidores públicos e mineradores.

Durante a Era Vargas, na constituição de 1934 o sistema foi migrado e ficou conhecido como IAPS (Instituto de aposentadoria e pensão), saindo de um modelo de assistência e passando a ser um seguro social, onde a gestão do benefício passou a ser para o governo, onde se evoluiu para previdência social na constituição de 1946. Silva (2009).

Com o crescimento populacional, as expectativas de vida tendem a crescer cada vez mais. O Brasil desde 1950 tem passado por períodos de transições demográficas.

Através deste crescimento a previdência social acaba sendo impactada por ser baseada no regime de repartição simples. (Vasconcelos: GOMES , 2012).

Em 1960 durante a ditadura, foi criada a lei Orgânica de previdência social (LOPS), além de ser criado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o (INSS) Instituto Nacional do Seguro Social. Com a evolução dos anos e dos conceitos, foi criado três formas de regimes para aposentadoria sendo eles o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), caracterizados como públicos e o Regime Privado Complementar (RPC). (Silva, 2009).

Najberg & Ikeda (1999), já afirmavam que o regime previdenciário apresenta deficiência ocasionando impactos na sua sustentação. Além de ressaltar que o modelo utilizado se baseia no de repartição simples, ou seja, os trabalhadores ativos contribuem com a previdência e os valores coletados são destinados para os beneficiários inativos.

Conforme análise de Tafner e Giambiagi (2007). O sistema de repartição tem dois regimentos. No 1º regime tem como objetivo que cada indivíduo realize suas contribuições, para no futuro poder desfrutar de uma aposentadoria, ou em caso de invalidez para trabalhar. Já no 2º regime, as contribuições realizadas financiam a previdência daqueles que estão afastados do mercado de trabalho, seja por invalidez, aposentados (as) ou pensionistas. A força de trabalho em sistema de previdência com regime de capitalização.

Najberg & Ikeda (1999), pontua que a previdência social é consagrada na constituição de 1988, porém causa um desequilíbrio previdenciário, problemas econômicos e financeiros na concessão dos benefícios, porém sem apresentar formas de contrapartida para ocorrer arrecadações, acaba ocasionando e aumentando o déficit previdenciário.

Em 2003, durante o governo Lula, as alterações previdenciárias foram focadas no funcionalismo público com a criação do teto para os servidores federais, além de alterar os valores dos benefícios e cobrar as contribuições.

Já em 2015, no governo Dilma Rousseff foi sancionada a nova regra 85/95 com o objetivo de conceder aposentadoria integral, somando o tempo de contribuição mais a idade. (85 para mulheres) e (95 para os homens). (Marcus Lopes, 2017).

O planejamento financeiro é de extrema importância para garantir uma fonte de renda complementar no ato da aposentadoria, pois irá incluir a expectativa de vida e o quanto será necessário investir para ter essa garantia no longo prazo, além de buscar investimentos adequados para cada tipo de perfil e assim construir um plano de aposentadoria sólido no futuro. (FRANCO, 2020).

Durante o governo Temer, a conjuntura nacional acabou dificultando as propostas na câmara da reforma previdenciária. Sendo somente aprovada durante o governo Bolsonaro em 2019, onde foi levado adiante a nova previdência.

Diário Oficial da União (2019), define a nova previdência, alterando a nova idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para os homens, além de modificar o tempo de contribuição, ou seja, 15 anos para mulheres e 20 anos para os homens. Na nova regra também afeta alguns cargos como dos servidores públicos, que contribuem com (RPPS), mantendo igual a idade mínima para se aposentar só alterando o tempo de contribuição que exige de ambos 25 anos sendo contribuintes, tendo 10 anos de serviços públicos, além de exigir os 5 anos no cargo que se dará a aposentadoria.

Professores precisam ter 25 anos de contribuição, com tempo de idade mínima de 57 anos para mulheres e 60 anos para os homens. Tanto policiais homens quanto mulheres podem se aposentar com 55 anos, porém precisam ter no mínimo 30 anos de contribuição. Já para os trabalhadores rurais o tempo de contribuição determinado foi de 15 anos, sendo 55 anos para as mulheres e aos homens.

Além dessas mudanças foi alterado o cálculo do benefício, não permitindo que o valor da aposentadoria seja inferior ao salário mínimo, porém também não pode ultrapassar o teto do RGPS de R$5.839,45 mensal. As Alíquotas também têm alteração e passam a ser progressivas, ou seja quem ganha mais paga mais. O pagamento de pensão por morte foi alterado para 50% do valor da aposentadoria, sendo acrescentado 10% para cada dependente e se for acima de 5 dependentes fica 100%. (Diário oficial da união, 2019).

1.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

Sua história teve início com a lei 6.435 de 15 de julho de 1977, onde passa a ser

regularizada e institucionaliza as atividades de previdência privada que antes não era fiscalizada pelo estado. O debate pelo regulamento teve início ainda no regime militar em 1972. Ainda no artigo I da lei, “Entidades de previdência privada, para os efeitos da presente Lei, são as que tem por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante a contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambas.” (Jardim, 2003).

De acordo com circular SUSEP 338/07 (2022), existem dois tipos de entidades: aberta (EAPC) e fechada (EFPC), que é mais conhecida como pensão. O seu diferencial consta no momento da adesão, ou seja, os fundos fechados são destinados aos funcionários de empresas assim como está incluso também os servidores da união, do estado, Distrito Federal e municípios. Já quando se fala em fundos abertos assim como o próprio nome diz é disponível para qualquer pessoa, seja física ou jurídica que deseja adquirir o produto. (IPEA 4.1 - Capítulo 7).

Santos (2019), alega que os planos de previdência tem o objetivo de dar maior segurança financeira, pois permitem que os titulares realizem as contribuições no decorrer da sua vida, com o objetivo de acumular uma reserva que será utilizada como forma de complementar a renda da aposentadoria pública.

Segundo FURLANETTI (2018), a previdência complementar é um sistema que permite que os participantes acumulem recursos extras para desfrutar na aposentadoria, se tornando um sistema de proteção social, complementando a previdência pública,

Segundo Modigliani e Brumberg (1954), o ciclo de vida é necessário que na fase inicial tenha uma poupança, como forma de consumo no longo prazo.

Complementando a hipótese acima, a previdência é considerada um modelo de poupança de longo prazo, com uma administração e uma manutenção para preparar o indivíduo para a sua aposentadoria.

Dentro do mercado previdenciário existem dois modelos disponíveis para contratação de acordo com o perfil do investidor. Sendo o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). (Santos 2019).

Com base na estrutura dos planos, pode-se assemelhar ao sistema de capitalização, ou seja, as contribuições são acumuladas como forma de garantir um benefício no futuro. São dedicados em aplicações dentro do produto escolhido. (BELTRÃO et al.,2004).

SILVA ; PAIXÃO (2014), afirmam que os planos PGBL tem como característica especial a dedução no imposto de renda, pois toda contribuição destinada ao plano entram na base de cálculo de imposto para dedução com um limite de até 12% da renda bruta tributável anual.

Um dos diferenciais do plano, é que a tributação é sobre o valor total tanto em rendimento quanto o capital aplicado. (DIETRICH ; BRAIDO, 2016).

Para ajudar o participante a acumular recursos extras, o plano PGBL pode ser utilizado na aposentadoria ou com outros meios de objetivos. Sendo ideal para um perfil de investidor apto a utilizar os recursos no longo prazo, além disso deve ser observado as vantagens e desvantagens sobre os benefícios fiscais. (Furlanetti, 2018).

PLANOS DISPONÍVEIS E SUA PRINCIPAL DIFERENÇA DE ACORDO COM A SUSEP:

PGBL	Plano gerador de benefício livre, esse plano é ideal para quem faz a declaração de modo completo, pois a pessoa paga menos IR, podendo deixar o valor ter rentabilidade até o momento de conceder ou resgatar.
PGBL programado	Tem como diferencial nos aportes, que podem variar a estratégia inicial do plano.
Plano com remuneração	Garantida e performance, garantida a remuneração da provisão matemática, a atualização dos valores ocorre de forma anual através da taxa de juros.

Plano com atualização garantida e performance	PAGP é utilizado um índice para atualização dos valores, durante os aportes é possível apurar os resultados obtidos no final.
Plano com remuneração garantida e performance sem atualização	PRSA o valor de benefício seguirá de acordo com o que foi previsto no regulamento.
Plano de renda imediata	PRI garante uma renda imediata de forma única.
Plano com desempenho referenciado	PDR atrelado ao índice de renda fixa.
VGBL	Vida geradora de benefícios livres.

Fonte: criação própria 2023 , com base na susep 2022.

O plano VGBL, de acordo com SOUSA (2021), é realizado o imposto somente no ato do resgate sobre os rendimentos. Diferente do PGBL, os produtos VGBL não podem abater as contribuições na base de cálculo de imposto de renda.

A tributação realizada é somente deduzida sobre os rendimentos, não afetando o montante acumulado (DIETRICH ; BRAIDO, 2016).

O VGBL na concepção de SANTOS (2019), é ideal para o perfil de investidor que não quer declarar no modo completo para receita, pois assim não precisa se preocupar em deduzir as contribuições de imposto.

PLANOS DISPONÍVEIS E SUA PRINCIPAL DIFERENÇA DE ACORDO COM A SUSEP:

Dentro da previdência, o contribuinte no momento do diferimento pode optar pela forma de renda que deseja receber o benefício. Segue as opções divulgadas pela ANBIMA.

EAPC: Trata-se de Entidade Aberta de Previdência Complementar, no caso o seu foco é planos abertos,aptos para pessoas físicas ou empresas, sendo uma renda contínua, ou melhor, sem interrupções ou até mesmo com pagamento único. Por fim, se constitui por ser um investimento de longo prazo.

EFPC: Em outras palavras uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, quando estamos mencionando algo que se adequa aos servidores públicos, aos servidores de qualquer setor, dentre eles Públicos, Estatais, Distrito Federal e Municipais e por fim voltado ao âmbito de pessoas caracterizadas com natureza jurídicas.

Período de pagamento do benefício mais o tipo de renda que a previdência privada tem disponível:

Renda mensal vitalícia:	Essa renda tem como propósito no momento da concessão do benefício, pagar o participante até o último dia de vida. E em caso de falecimento os beneficiários não têm direito à renda.
Renda mensal temporária:	O cliente define por quanto tempo deseja receber o benefício. E em caso de falecimento, os beneficiários não têm direito à renda.
Renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido:	Essa renda tem como propósito no momento da concessão do benefício, pagar o participante até o último dia de vida, porém em caso de falecimento a reserva passa a ser paga aos beneficiários de acordo com o prazo estabelecido no ato da proposta de contratação.
Renda mensal vitalícia reversível ao beneficiário indicado:	Essa renda tem como propósito no momento da concessão do benefício, pagar o participante até o último dia de vida, porém em caso de falecimento a reserva passa a ser paga ao beneficiário indicado de forma vitalícia no ato da proposta de contratação.

Renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores:	Essa renda tem como propósito no momento da concessão do benefício, pagar o participante até o último dia de vida, porém em caso de falecimento a reserva passa a ser paga ao cônjuge indicado de forma vitalícia no ato da proposta de contratação, na falta deste, reversível temporariamente.
Pagamento único:	Essa opção o contribuinte pode optar em receber o benefício em um único aporte,
Renda mensal por prazo certo:	Nesta renda o cliente pode optar por quanto tempo deseja receber, de 5 a 20 anos e em caso de falecimento os beneficiários continuam recebendo até que termine o prazo.

Fonte: criação própria 2023 , com base na susep 2022.

Dentro da previdência é possível contratar um pecúlio, que em caso de falecimento do beneficiário além do valor que ele receberá, também terá direito a esse benefício.

SUSEP 2022

Pecúlio por morte:	Pagamento único ao beneficiário indicado.
Pecúlio por invalidez:	Em caso de invalidez do titular do plano, dá o direito a uma indenização paga de forma única.
Pecúlio por prazo certo:	Os beneficiários têm direito a receber um valor por um determinado tempo previsto no regulamento contratado.
Pensão aos menores:	Benefício pago mensalmente aos menores, porém precisa ser filho ou dependente do titular declarados no imposto de renda.
Pensão a companheiro ou cônjuge:	Uma renda mensal de forma vitalícia ao companheiro ou cônjuge do titular.

Renda por invalidez :	Em caso de invalidez total, o cliente receberá uma renda mensal vitalícia.
Renda por invalidez por prazo mínimo:	Por um prazo mínimo o titular em caso de invalidez recebe uma renda mensal por um certo período.

Fonte: criação própria 2023 , com base na susep 2022.

Segundo os dados do IBGE (2015), sobre a expectativa de vida em 1960, existia um índice de fecundidade muito maior do que é hoje, as mulheres tinham em média de 6 filhos, enquanto em 2015 essa média foi reduzida para 2 filhos e a uma tendência que em 2030 terá apenas 1 filho.

De acordo com os estudos do IBGE, com o aumento da expectativa de vida e a redução da fecundidade poderá ocorrer uma inversão na pirâmide etária brasileira. Sendo assim haverá redução nos pagamentos de aposentadoria, pois os ativos econômicos tendem a reduzir gerando um problema no que arrecada e no que é pago, aumentando ainda mais o déficit previdenciário.

O Banco do Brasil por sua vez lançou a PREV em 1904. Já em meados de 1970 a PETROBRAS lança a PETROS, ambos são fundos de pensão destinados aos funcionários com o objetivo de dar as melhores condições para uma renda complementar ou emergencial. Com base nisso deu margem para outras estatais criarem também fundos de pensão como, VALE DO RIO DOCE, EMBRATEL e TELEBRAS.

Os planos de previdência podem realizar suas aplicações em fundos de investimento que tenham como características e estruturas, títulos os quais são emitidos pelo Banco Central e tesouro nacional, os mesmos quais sejam de renda fixa e que tenham baixo risco, precisando estar com instituições financeiras bem avaliadas, por outro lado os investimentos de renda variável devem respeitar a CVM.

2.1 Considerações metodológicas

Nesta parte foram construídos os dados para uma análise dentro do mercado de previdência complementar. Dentro das tabelas a seguir contém dados do período de 2011 a meados de 2023, incluindo fatores econômicos, que afetam diretamente nos resultados obtidos. Mediante a análise do artigo pudemos destacar de forma relevante os riscos para que assim seja compreendida a dinâmica dos planos, verificando qual melhor se enquadra nos perfis antes de realizar a escolha no ato da aposentadoria.

Também procuramos destacar nas tabelas informações as quais revelam as faixas etárias de distintos grupos, junto ao crescimento e ao desenvolvimento dos valores dentro dos planos previdenciários, além de reforçar e enfatizar a importância do planejamento financeiro que de fato é extremamente essencial para que assim se garanta a melhor opção para se ter uma boa preparação ao longo prazo na aposentadoria.

Dos indicadores indicadores do perfil do público que tem previdência complementar no Brasil destacam se os seguintes

1. Quantidade de planos de benefício da EFPC por modalidade, destacando as contribuições variáveis, definidas e benefícios adquiridos.

2. Evolução da população das EFPC / EAPC, dentro dos contratos coletivos e individuais.

3. Evolução da população das EFPC, destaca o índice de maturidade dos pensionistas, aposentados e público ativo.

4. Evolução da população das EAPC, planos VGBL E PGBL, destaca participantes ativos, aposentados, pensionistas e índice de maturidade de cada um.

5. - % Da população dos planos por gênero, destacando participantes ativos, aposentados e pensionistas por gênero feminino e masculino.

6. População total dos planos de EFPC por faixa etária de 24

aos 85 anos.

7. Ativos EAPC/EFPC, por seguradoras destacando a sua contribuição no PIB.

8. Resultado financeiro das EFPC, pontuando superávit técnico acumulado nos períodos junto ao déficit técnico dentro dos planos previdenciários.

9. Tíquete médio mensal de contribuições das EAPC/EFPC e planos.

1. 3 ANÁLISES DOS DADOS

Tabela 1. Quantidade de planos de benefício da EFPC por modalidade

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	jun. 2023
Contribuição Variável	360	359	358	355	351	339	337	340	335	333
Contribuição Definida	421	429	420	431	436	448	461	477	497	517
Benefício Definido	327	322	323	321	313	304	302	297	296	299
Total	1108	1110	1101	1107	1100	1091	1100	1114	1128	1149

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC.

Nesta tabela, consta o crescimento das EFPC, (Entidade fechada), de 2014 a meados de jun/2023, esse aumento tem sido influenciado por conta dos planos de benefícios.

De acordo com os dados, podemos analisar que os benefícios desde o ano de 2014 apresentam uma regressão no decorrer dos anos, é importante reforçar que esses dados têm uma forma relevante para os analistas em relação às contribuições definidas as quais vem crescendo. Essa redução é justificada pelo fato das instituições aderirem a planos de benefícios já existentes, sendo assim acabam proporcionando maior ganho de escala com menos custos de administração. Podemos observar que as contribuições começaram a ter um aumento a partir do ano de 2017, esse aumento é destacando em

2023 tendo um destaque significativo para as contribuições definidas, da forma que você realiza de acordo com que a mesma foi adquirida no começo do plano.

Já quando analisamos as variáveis, podemos destacar uma regressão no decorrer dos períodos e por acontecimentos no mercado. Considera-se esta tabela a principal forma de apontar os principais benefícios que reforçam a relevância e importância da renda complementar final.

Tabela 2. Evolução da população das EFPC / EAPC

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EAPC contratos coletivos	3.140	3.255	3.261	3.232	3.329	3.357	3.504	3.719	3.772	3.832
EAPC contratos individuais	7.425	7.894	9.179	10.312	10.570	9.878	9.878	9.878	9.878	9.878
EFPC	3.140	3.255	3.261	3.232	3.329	3.357	3.504	3.719	3.118	3.118

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC.

Nesta tabela pode-se destacar a evolução no crescimento populacional, impulsionados pelas entidades sendo elas as instituições financeiras abertas e fechadas, além de apresentar um crescimento importante para EAPC (Entidade aberta), com a contratação de planos coletivos aos titulares de pessoas jurídicas. Quando analisamos as EAPC (Entidade aberta), é possível observar um crescimento na evolução populacional ao decorrer dos anos, em especial em meados de 2022, quando é possível notar um avanço nos contratos de planos coletivos de 15% em relação ao ano de 2021. Em comparação ao ano de 2014 a 2018 podemos identificar com base na tabela que não foi destacado um crescimento significativo, o pico de crescimento foi ocorrer somente em 2019, 2020 para 2022 sendo possível destacar o crescimento importante das EAPC (Entidade aberta) coletivas. Esse resultado é obtido pelos planos de benefícios federativos, que de acordo com o artigo tem o objetivo de atender as exigências constitucionais nº 103 de 12/11/2019, considerando planos setoriais e planos familiares.

Enquanto isso, os contratos individuais abertos em prol de pessoas físicas ou jurídicas, permanecem com os mesmos resultados de 2018 a 2022, sendo possível destacar que não teve um crescimento durante esse período, ou seja, por conta da crise que afetou a fonte de renda de muitas pessoas físicas e jurídicas, impactando no ato de não conseguirem investir na previdência.

Tabela 3. Evolução da população das EFPC

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de maturidade	3.140	3.255	3.261	3.232	3.329	3.357	3.504	3.719	3.772	3.832
Pensionistas	170	172	172	176	179	183	184	188	197	201
Aposentados	541	558	575	597	625	646	668	681	682	681
Participantes ativos	2.430	2.525	2.514	2.459	2.525	2.528	2.652	2.849	2.893	2.950

Conforme demonstrado na tabela 3, podemos identificar o índice de Entidade fechada de previdência complementar que trata de organizações sem fins lucrativos com o objetivo de administrar planos.

O índice de maturidade tem apresentado uma evolução com o decorrer dos anos, sendo impactado pela transformação digital além da evolução dos pensionistas, através disso podemos destacar os segurados que recebem o benefício com um aumento em 2021 em comparação aos anos anteriores, apresentou-se um crescimento significativo. Podemos observar uma evolução também em 2021 em relação aos aposentados, que ao contrário dos pensionistas regrediu em 2022. Quando se trata de participantes ativos podemos notar que teve uma significativa elevação sendo marcado em 2022. Esse crescimento pode ser considerado visto o aumento do índice de maturidade, além do aumento dos participantes ativos devido ao bom planejamento financeiro, com o desejo de ter uma boa aposentadoria.

Tabela 4. Evolução da população das EAPC, planos VGBL E PGBL

POPULAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018

EAPC VGBL								
Participantes Ativos	3.375.204	4.257.391	4.623.885	5.143.615	6.270.328	7.050.540	7.385.092	7.084.709
Aposentados	1.256	1.461	3.280	4.503	4.223	4.972	4.842	4.867
Pensionistas	397	537	741	983	1.113	1.306	1.297	1.381
Total	3.376.857	4.259.389	4.627.906	5.149.101	6.275.664	7.056.818	7.391.231	7.090.957
Índice de Maturidade EAPC VGBL	0,05%	0,05%	0,09%	0,11%	0,09%	0,09%	0,08%	0,09%

POPULAÇÃO EAPC PGBL	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Participantes Ativos	2.016.212	2.228.987	2.165.165	2.130.859	2.295.707	2.577.580	2.553.450	2.253.217
Aposentados	6.950	8.458	10.720	12.266	13.852	14.729	11.742	16.744
Pensionistas	869	963	1.102	1.323	1.429	1.103	109	983
Total	2.024.031	2.238.408	2.176.987	2.144.448	2.310.988	2.593.412	2.565.301	2.270.944
Índice de Maturidade EAPC VGBL	0,40%	0,40%	0,50%	0,60%	0,70%	0,60%	0,50%	0,80%

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC.

Nesta tabela são destacados os participantes ativos, aposentados, e pensionistas atrelados ao índice de maturidade. Os dados desta pesquisa são referentes a dezembro/2018, dez/2019 e dezembro/2022. Cabe pontuar o crescimento significativo no índice de maturidade do plano VGBL sendo 0,80% no ano de 2018, enquanto o PGBL com 0,09%.

Dentro das entidades abertas podemos destacar um crescimento populacional nos produtos VGBL em comparação ao PGBL que não apresentou um crescimento significativo. Já quando analisamos o produto PGBL em questão de aposentadoria por conta do abatimento fiscal, é um produto mais requisitado para aposentar. Os

pensionistas não apresentam uma diferença significativa, com isso o produto PGBL apresenta um índice de maturidade maior do que o público que opta por ter um VGBL.

Tabela 5. - % Da população dos planos por gênero.

PARTICIPANTES ATIVOS EFPC POR GÊNERO DO PERÍODO DE 2015 A 2021

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Masculino	1775084	1748802	1761699	1733466	1777553	1863487	1791050
Feminino	950286	924795	914075	889341	927784	998079	979389
Total	2725370	2673597	2675774	2622807	2705337	2861566	2770439

APOSENTADOS EFPC POR GÊNERO DO PERÍODO DE 2015 A 2021

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Masculino	423783	438450	462591	461117	480544	489124	420128
Feminino	152171	160693	172657	196772	189441	194807	182873
Total	575954	599143	635248	657889	669985	683931	603001

PENSIONISTAS EFPC POR GÊNERO DO PERÍODO DE 2015 A 2021

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Masculino	54579	50947	98664	45778	22647	35136	17061
Feminino	193586	194153	264645	244680	161009	204427	156620
Total	248165	245100	363309	290458	183656	239563	173681

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC.

As tabelas acima destacam o gênero por população que investem em instituições, destaca-se pontos cruciais na estatística da aposentadoria. Esses dados foram utilizados como base de demonstrativo de sexo e idade (DSI), utilizando informações até dezembro/2021.

Vale ressaltar que na pesquisa os indivíduos podem ter mais de um plano, sendo assim, com isso acaba sendo computado cada plano como um novo.

Podemos analisar nos últimos cinco anos, os participantes ativos dentro das EFPC (Entidade fechada) sofreram oscilações, em especial o perfil do público masculino que tem um número maior dentro do mercado, enquanto a população feminina apresenta um número menor.

Já analisando os aposentados, podemos notar um aumento total de 683.931, masculino de 489.124 e 194.807 do femenino. Em relação aos pensionistas, podemos notar que o público feminino teve um superávit de 204.427 em relação aos pensionistas do público masculino que foi de 35.136.

Tabela 6. População total dos planos de EFPC (Entidade fechada) por faixa etária

PARTICIPANTES ATIVOS	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
até 24 anos	243.278	236.277	210.298	217.900	218.510	234.576	241.234
entre 25 a 34 anos.	877.802	820.533	778.383	696.881	664.920	638.110	579.907
Entre 35 a 54 anos	1.291.857	1.295.420	1.354.850	1.363.937	1.438.070	1.550.306	1.520.780
Entre 55 a 64 anos.	228.562	231.414	237.349	248.238	264.869	296.207	278.878
Entre 65 a 74 anos.	56.814	62.029	65.363	64.645	79.448	94.296	97.455
Entre 75 a 84 anos.	22.099	22.794	23.913	25.758	32.653	38.949	41.685
Acima de 85 anos	4.958	5.130	5.618	5.448	6.867	9.122	10.500

Aposentados	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
até 24 anos	977	709	513	30	19	29	27
entre 25 a 34 anos.		1.001	1.137	501	197	135	85
Entre 35 a 54 anos	69.604	69.818	104.616	62.513	29.001	26.396	22.153
Entre 55 a 64 anos.	244.529	250.613	250.462	254.201	245.708	238.135	201.438
Entre 65 a 74 anos.	178.677	190.002	196.363	216.738	262.422	276.226	252.569
Entre 75 a 84 anos.	66.429	69.985	67.234	81.421	106.870	115.013	103.143
Acima de 85 anos	15.037	17.015	14.923	42.485	25.768	27.997	23.586

Pensionistas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
até 24 anos	20.597	19.091	52.644	24.283	9.125	16.861	8.648
entre 25 a 34 anos.	27.144	24.385	58.101	30.456	1.986	16.177	1.619
Entre 35 a 54 anos	59.004	54.337	87.333	53.707	16.548	32.695	14.980
Entre 55 a 64 anos.	43.033	43.362	50.278	44.415	34.227	40.027	29.348
Entre 65 a 74 anos.	46.598	49.086	54.905	53.480	52.696	57.650	50.308
Entre 75 a 84 anos.	36.300	37.575	41.093	21.198	46.064	50.242	44.670
Acima de 85 anos	15.489	17.264	18.955	42.919	23.010	25.911	24.108

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC.

Nestas tabelas contém as faixas etárias de idade de 2015 a meados de 2021, mostrando a quantidade de pessoas que são pensionistas, aposentados, e que ainda contribui para a previdência complementar, para este levantamento foram utilizados dados disponibilizados pelo GOV da população dos planos por sexo/idade (dezembro/2021).

Com base nos dados da tabela, podemos destacar os públicos por faixa etária, sendo a população de 35 aos 54 anos em meados de 2021, a qual apresenta um planejamento financeiro, sendo assim os participantes ativos optam em permanecer no produto privado para assim alcançarem o seu objetivo na aposentadoria. Pode-se destacar a média de 1.520.780 dentro da EFPC (Entidade fechada).. Quando fazemos a mesma analogia porém sobre os participantes de 65 a 85 anos ativos dentro do mercado previdenciário, podemos notar uma regressão dos números, a longevidade da vida faz com que os mesmos optem em não permanecer contribuindo por tanto tempo e sim buscando outras formas de desfrutar das contribuições realizadas.

Já quando analisamos os aposentados podemos identificar um público menor na pirâmide de 24 anos, as pessoas mais novas entram na aposentadoria por motivos de doenças ou algo relacionado, ao qual pode optar em se aposentar antes da idade mínima estabelecida. Podemos identificar que o público maior está em torno dos 55 aos 74 anos.

Já os pensionistas, pode notar um número menor porém ainda significativo para análise populacional dentro das EFPC (Entidade fechada).

Tabela 7. Ativos EAPC/EFPC (Entidade aberta/fechada)

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	jun. 2023
Ativo EFPC	0,7	0,72	0,79	0,84	0,9	0,99	1,04	1,12	1,19	1,23
tivo EAPC/Seguradoras	0,47	0,56	0,69	0,81	0,89	1,01	1,08	1,13	1,27	1,36
PIB	20%	21%	24%	25%	26%	27%	28%	26%	27%	25%

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC/SUSEP.

Nesta tabela contém informações dos ativos das EAPC (Entidade aberta) - que se trata dos ativos que são investidos na previdência, os quais apresentam modalidades diferenciadas no momento que o ativo é adquirido, sendo a sua finalidade principal garantir o pagamento das provisões realizadas de acordo com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Ressaltando que esse valor nunca poderá ser menor que o valor total das provisões técnicas.

Explicando os Ativos EFPC (Entidade fechada) - Trata-se da somatória dos bens acumulados junto aos planos previdenciários, juntamente com os planos de gestão administrativa e com o complemento aos planos assistenciais pela EFPC (Entidade fechada).

De acordo com o relatório, podemos observar na tabela que em 2023 os patrimônios atingiram em média 25% do PIB, isso indica um crescimento dos ativos previdenciários, mesmo com o cenário econômico apresentando grandes oscilações, assim é elevada a taxa de juros para conter a inflação. Analisando a EAPC (Entidade aberta) podemos notar a evolução de ativos presentes do decorrer de 2014 a 2023.

Tabela 8. Resultado financeiro das EFPC

2014		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	jun. 2023
Superávit Técnico Acumulado	28,24	14,28	18,83	22,74	28,69	29	34,79	17,01	26,35	25,99
Déficit Técnico Acumulado	31,9	-77,26	-73,62	-39,69	-32,14	-28,87	-27,17	-53,57	-42,51	-43,29
Qdte planos com Déficit	351	361	289	255	287	262	234	379	342	292
Qdte planos com Superávit	498	439	510	522	508	521	377	394	401	423

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC/SUSEP.

Dados relevantes dentro dos resultados financeiros, destacando pontos de déficit e superavitários previdenciários até meados de Junho de 2023.

De acordo com o Relatório gerencial de previdência complementar, podemos analisar uma queda no cenário deficitário dos resultados financeiros, ou seja ao realizar o comparativo de 2022 com cerca de 342 do déficit onde regride para 292 em meados de 2023, com isso pode- se destacar uma grande melhoria em relação aos planos de previdência. Ainda dentro deste mesmo período, quando analisamos o cenário superavitário podemos observar que em 2023 cerca de 423 planos apresentaram um resultado financeiro positivo, com um superávit em comparação a 2022 com cerca de 401 acumulados. Em relação ao Déficit técnico podemos observar que em 2023 foi em média R$43,3 Bilhões, só não se compara ao ano de 2015 que foi R$77,26 Bilhões e em 2016 com R$73,62 bilhões. Ainda dentro da análise, podemos identificar que esses números passaram a regredir até a chegada de 2020 para 2021 com a chegada da pandemia, onde o cenário apresentou reflexos dos fatores econômicos. Logo em seguida tanto o cenário pós pandemia, inicia-se a guerra da Rússia e Ucrânia, que afeta drasticamente o cenário doméstico em 2023. Devido aos acontecimentos, os cenários de

incertezas contribuíram muito para o aumento do déficit, abaixando então a sua meta atuarial resultando então de forma negativa nos resultados obtidos.

Tabela 9. Tíquete médio mensal de contribuições das EAPC/EFPC (Entidade aberta/fechada)

TÍQUETE MÉDIO MENSAL DAS EFPC (Entidade fechada): POR TIPO DE PLANO

Em R$	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	jun. 2023
Tíquete médio BD	218,6	224,5	236	229,7	247,9	251	246,5	219,7	233,9	251,9
Tíquete médio CD	225,6	225,4	229,2	229	239,9	238,6	242,5	251,4	274,8	282,3
Tíquete médio CV	287,4	318	357,9	372,6	405,8	410	407,9	396,3	465,2	494

TÍQUETE MÉDIO MENSAL DAS EAPC (Entidade aberta) : POR TIPO DE PRODUTO

Em R$	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	jun. 2023
Tíquete médio PGBL	331,7	326,6	288,7	331,9	319,2	351	353,7	429,7	468,8	398,5
Tíquete médio VGBL	1.122,00	1.156,60	1.144,90	1.240,70	1.203,50	1.101,70	1.271,80	1.484,00	1.651,20	1.658,80
Tíquete médio Tradicional	577,3	630,6	630,3	551,1	629	639,3	486,7	586,6	586,4	567

Fonte: Elaboração própria (2023), fonte PREVIC/SUSEP.

De acordo com o Relatório gerencial de previdência complementar, na tabela acima é possível analisar a projeção convertida em valores médio mensal das contribuições realizadas, destacando por partes, produtos e planos, com isso é realizado a divisão do total de contribuições no ano pelo total de participantes ativos em cada

modalidade de planos, com isso é dividido pela quantidade de meses (Considerando 12 meses).

Pode-se ressaltar que as contribuições financeiras voltadas à previdência complementar no 2º semestre de 2023 atingiram um aumento em relação ao ano anterior em média 7,6% sobre o montante que chega a corresponder a cerca de 2% do PIB brasileiro.

Grande parte do montante, são concentrados nos planos VGBL, Enquanto no PGBL fica aproximadamente uma média pequena, e não podemos esquecer dos primeiros produtos comercializados de previdência, que hoje são extintos, os planos TRADICIONAL, Renda garantida, que fica em média com o PGBL. Além disso, pode-se afirmar que a EAPC (Entidade Fechada) possui um tíquete maior, em comparação a EFPC (Entidade Fechada).

Essa semelhança é apresentada devido sua principal diferença, entre as EAPC (Entidade Aberta) e EFPC (Entidade fechada), As Entidades ou instituições abertas têm mais possibilidade de pessoas físicas e jurídicas adquirirem planos e realizarem aportes esporádicos, para atingir o objetivo, contribuindo para o aumento do tíquete das entidades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desempenhado buscou se aprofundar no tema escolhido, o qual foi sobre previdência complementar, com ênfase nos públicos que buscam realizar a contratação de específicos planos que se enquadram em suas perspectivas, ou seja, envolvimento de riscos, rentabilidade e dentre outros fatores que geram impacto diretamente. Portanto, no mesmo foi destacado pontos cruciais para os perfis que pensam a longo prazo ter sua renda complementar, para que assim garanta meios de maior qualidade de vida em sua aposentadoria.

A análise abordou características e as modalidades da previdência, as quais estão disponíveis no mercado para adquirência, além de destacar a sua fiscalização esmiuçada.

Além disso, o estudo abordou formas de benefícios de riscos que são associados à previdência, trazendo uma visão mais ampla e objetiva do mercado, focando em suas perspectivas, assim mesmo destacando os riscos dos fundos no qual são feitas as aplicações.

Desta forma, é de grande relevância destacar os riscos para que assim se compreenda a dinâmica dos planos, verificando qual melhor se enquadra no perfil antes de realizar a escolha. Tudo quanto foi mencionado anteriormente, se faz necessário para que assim o indivíduo em si, possa garantir uma melhor qualidade de vida a partir do momento em que conceder a renda.

Também procuramos destacar nas tabelas informações importantíssimas, as quais revelam as faixas etárias de distintos grupos, o crescimento e o desenvolver dos valores, planos e diversos outros dados relevantes para que seja feita uma análise robusto sobre posicionamento e pensamento crítico em relação a Previdência Complementar, público alvo da mesma nos períodos abordados e assim também o que se esperar no cenário atual e futurístico.

Em síntese, nesta pesquisa foi destacado o perfil do público que investe em previdência complementar, tanto femenino, masculino, aposentados, pensionistas e contribuintes, sendo possível analisar os principais resultados obtidos dentro das instituições financeiras, ou seja, Entidade Aberta e Entidade Fechada.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joao Paulo. ECONOMIA | HISTÓRIA: História da Previdência no Brasil. **Politize**, 2018. Disponível em:

https://www.politize.com.br/historia-da-previdencia-no-brasil/. Acesso em: 09 dez. 2023.

Autor. Bárbara Barroso: “Portugal está na cauda da Zona Euro em termos de literacia financeira”: Gostava de aumentar os seus níveis de literacia financeira, começar a investir e ganhar mais dinheiro? Para ajudá-lo, conversámos com Bárbara Barroso a propósito do mais recente livro “Ponha o seu dinheiro a trabalhar para si”.. **Santander,** 2022. Disponível em: https://www.santander.pt/salto/literacia-financeira-barbara-barroso. Acesso em: 30 jan. 2024.

BELTRÃO, K. I. P.; MAIA, P. V. C. Previdência complementar: uma análise da percepção dos participantes sobre os benefícios previdenciários e a cultura previdenciária no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 355-367, 2017.

BR, Gov. et al. RELATÓRIO GERENCIAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTA: Acompanhamento Estatístico da Evolução dos Segmentos Aberto e Fechado de Previdência Complementar. **gov.br**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/rgpc_202306-1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BR, Gov. PRGP - Plano com Remuneração Garantida e Performance. **gov.br**, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro/seguros-previdencia-e-capitalizacao/providencia-complementar-aberta/tipos-de-planos/prgp-plano-com-remuneracao-garantida-e-performance. Acesso em: 09 dez. 2023.

CASA CIVIL, Presidência Da República. LEI Nº 6.435, DE 15 DE JULHO DE 1977.. **Planalto.Gov.br,** 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6435.htm. Acesso em: 30 jan. 2024.

CENSO 2022. **IBGE,** 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 30 jan. 2024.

DIETRICH, Jônatas; BRAIDO, Gabriel Machado. Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma instituição de ensino superior. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, 2016.

EDUCAÇÃO, T2. PGBL — O Que É E Quando Vale a Pena?: Quem não sonha em se aposentar e poder finalmente aproveitar a vida sem pensar em trabalhar? Apesar desse desejo, a aposentadoria está longe de ser…. **T2**, 2023. Disponível em: https://t2.com.br/blog/pgbl-o-que-e-e-quando-vale-a-pena/. Acesso em: 09 dez. 2023.

EM SÃO PAULO, Do Uol, . PREVIDÊNCIA PRIVADA: Entenda o que é a previdência privada. **Uol**, 2019. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/27/previdencia-privada-como-funciona-rendimento.htm. Acesso em: 07 dez. 2023.

Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo. **ÂMBITO JURÍDICO,** 2012. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/evolucao-historica-da-previdencia-social-no-brasil-e-no-mundo/. Acesso em: 30 jan. 2024.

FRANCO, Hélio. O Ciclo do Planejamento Financeiro Pessoal: A Riqueza Começa na Mente. São Paulo: **Editora Novo Século**, 2020.

FURLANETTI, Carlos Eduardo . Análise das características das carteiras acionárias, das estratégias de gestão e dos retornos dos fundos de previdência privada complementar PGBL/VGBL que investem em renda variável. **USP**, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-09082018-142234/en.php. Acesso em: 09 dez. 2023.

HOMCI, Arthur Laércio. A evolução histórica da previdência social no Brasil. **JUS,** 2009. Disponível em:

https://jus.com.br/artigos/12493/a-evolucao-historica-da-previdencia-social-no-brasil. Acesso em: 30 jan. 2024.

JARDIM, Maria Aparecida. A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O MERCADO A DE PREVIDENCIA PRIVADA: UM OLHAR SOCIOLÓGICO. **periodicos.ufpb.br**, 2003. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15508/8871. Acesso em: 09 dez. 2023.

LOPES , Marcus . FHC, Lula e Dilma também fizeram mudanças (menores) na aposentadoria... - Veja mais em https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/01/04/fhc-lula-e-dilma-tambem-fizeram-mudancas-menores-na-aposentadoria.htm?cmpid=copiaecola. **UOL,** 2017. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/01/04/fhc-lula-e-dilma-tambem-fizeram-mudancas-menores-na-aposentadoria.htm. Acesso em: 30 jan. 2024.

LOVATO, Bruno Nascimento. Finanças pessoais: investimentos de renda fixa e renda variável. **UFSC,** 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121011. Acesso em: 30 jan. 2024.

MARQUES, Rosa Maria. A Previdência Social no Brasil. **CNTE,** 2003. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/cadernos_educacao/cadernos_educacao_25.pdf#page=104. Acesso em: 30 jan. 2024.

NAJBERG, Sheila; IKEDA, Marcelo. Previdência no Brasil: desafios e limites. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org); ALÉM, Ana Cláudia et al. A economia brasileira nos anos 90. 1. ed. Rio de Janeiro : **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, 1999. p. 261-290.

ONZE, Redação . A previdência privada tem garantia? Saiba tudo para investir bem!. **ONZE**, 2023. Disponível em: https://www.onze.com.br/blog/previdencia-privada-tem-garantia/#:~:text=Toda%20previd%C3%AAncia%20privada%20%C3%A9%20administrada%20por%20uma%20seguradora%2C,seguradoras%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20submetidas%20%C3%A0%20Lei%20de%20Fal%C3%AAncias.. Acesso em: 09 dez. 2023.

PAN, Millena . O que é Previdência Social?: Saiba como funciona e como contribuir para um dos direitos mais importantes para os brasileiros. **BANCO PAN**, 2022. Disponível em: https://www.bancopan.com.br/blog/publicacoes/previdencia-social.htm. Acesso em: 06 dez. 2023.

PREVIDÊNCIA PRIVADA, Brasilprev. Previdência privada. **Brasilprev,** 2023. Disponível em: https://www1.brasilprev.com.br/previdencia-privada. Acesso em: 09 dez. 2023.

QUINTINO , Larissa. Economia - Entenda como funciona a previdência complementar no Brasil: Alterações nas regras da aposentadoria do INSS trazem oportunidades para o setor; é preciso entender o perfil do contribuinte para escolher o melhor produto. **VEJA**, 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/entenda-como-funciona-a-previdencia-complementar-no-brasil/. Acesso em: 09 dez. 2023.

RAMOS, Vanessa ; SILVA, Rafael . Nathalia Arcuri ensina métodos para organizar as finanças: Fundadora do canal de educação financeira MePoupe!, que produz conteúdos e cursos sobre poupar e investir dinheiro, desenvolveu um roteiro "tricolor". **ESTADÃO expresso,** 2022. Disponível em: https://expresso.estadao.com.br/naperifa/nathalia-arcuri-ensina-metodo-para-organizar-as-financas/. Acesso em: 30 jan. 2024.

REIS, Tiago. ECONOMIA: Sistema Previdenciário Brasileiro: entenda o que é e como ele funciona. **SUNO**, 2020. Disponível em:

https://www.suno.com.br/artigos/sistema-previdenciario-brasileiro/. Acesso em: 09 dez. 2023.

RIBEIRO, Luiz Carlos; MEIRELES, Mauro. Previdência social no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: **UnB**, 2014.

SANTOS, Eraldo Oliveira. Previdência privada. **Editora Senac São Paulo**, 2019.

SCHIMIDT, João Guilherme De Araújo. Fundos de investimentos multimercados no Brasil: caracterização e fatores de retorno. **Teses USP,** 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11153/tde-24052019-150546/publico/Joao_Guilherme_Araujo_Schimidt_versao_revisada.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

SILVA, Adrielle Jesus; PAIXÃO, Roberto Brazileiro; MOTA, Fábio Lemos. Planejamento financeiro pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais. **In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2014.

SILVA, Arthur Laércio Homci Da Costa. A evolução histórica da previdência social no Brasil. **UFSC,** 2008. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30344-31376-1-PB.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, Bruno Alves da. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **repositorio.ufpe.br**, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52249/7/TCC%20-%20BRUNO%20ALVES%20DA%20SILVA%20AJUSTADO.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

SILVA, INGRID, Ferreira, Matheus, Carrascosa, Murillo, Sousa, Yasmin. COMO SE PLANEJAR FINANCEIRAMENTE PARA NÃO DEPENDER DO INSS?. **Ânima Educação**, 2022. Disponível em: content (anima educacao.com.br). Acesso em: 09 dez. 2023.

SILVA, Maria A. Previdência social no Brasil: uma história de lutas e conquistas. São Paulo: **Alameda**, 2016.

SILVA, William Aparecido Maciel da. Potenciais fatores associados com o desempenho de carteira das entidades fechadas de previdência complementar brasileiras. 2019. 56 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2019.

SOUSA, Alexandre Rodrigues de. A previdência complementar como ferramenta para a geração de poupança e a disponibilização de crédito no contexto brasileiro: o caso da Funpresp-Jud (2011 a 2020). 2021. 36 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) — **Universidade de Brasília**, Brasília, 2021.

SOUZA ARAGÃO, Maciela Rocha. PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: trajetória e atualidades. **Unirio.br,** 2013. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/giselle.silva/politica-social-e-seguridade-no-brasil/textos/previdencia-aragao-previdencia-social-no-brasil. Acesso em: 30 jan. 2024.

TAFNER, GIAMBIAGI, Paulo, Fabio. Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas. **IPEA**, 2007. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=5540&Itemid=1. Acesso em: 09 dez. 2023.

TAFNER, Paulo; GIAMBIAGI, Fabio . Revidência no Brasil Previdência no Brasil debates, dilemas e escolhas. **IPEA,** 2007. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/previdencia-no-brasil.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.